

**ATA**

Aos sete dias do mês de março do ano de dois mil e treze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva - e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10:00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----**-----INTERVENÇÕES-----**

1 - Vereador José Torcato Ribeiro – Lamentou a fraca afluência de comerciantes e público à Feira de Antiguidades e Velharias que se realiza no primeiro sábado de cada mês, no Largo da Oliveira, considerando que este certame nunca foi do agrado da maioria camarária e que, por isso, não o terá sabido promover convenientemente. Assim, quis saber se a Câmara estava atenta a este problema e se tem já alguma ideia para o futuro. -----

2 - Vereador José Manuel Antunes – Disse ter ficado surpreendido com uma notícia publicada num órgão de comunicação social local em que o Vice-Presidente da Câmara, Dr. Domingos Bragança, o acusa de ter mentido na sua intervenção na reunião de Câmara do passado dia 21 de fevereiro, quando, durante essa intervenção, o Dr. Domingos Bragança nada ter oposto ao que havia dito. Assim, disse querer reiterar o que havia dito nessa mesma reunião de Câmara. -----

3 - Vereadora Francisca Abreu – a) – Informou os Vereadores que poderão levantar nas instalações do Centro Cultural Vila Flor um conjunto de documentação relativa a todas as publicações editadas no âmbito da CEC 2012; **b)** - Leu, em voz alta, um documento sobre o Dia Internacional da Mulher, que se celebra amanhã, solicitando que o texto ficasse registado em ata: "Celebra-se amanhã, dia 8 de março, o Dia Internacional da Mulher. Todos os dias deviam ser dia da Mulher e dia do Homem. Mas a realidade não é assim. Já muito caminho foi percorrido, de facto e de direito. Sobretudo de direito. Apesar das enormes conquistas alcançadas no reconhecimento à mulher de direitos e, sobretudo, da sua dignidade humana, as mulheres continuam a ser discriminadas: no trabalho, no acesso a cargos de chefia (mesmo apesar de serem em maior número com qualificações académicas e profissionais de nível superior), na política, no mundo da economia e do desporto, na vida social. São as mulheres que são vítimas de violência doméstica. E todos os anos, os números de mulheres assassinadas às mãos de maridos ou companheiros são a maior vergonha da nossa democracia, da nossa civilização. São as mulheres que mais sofrem os efeitos da crise que vivemos: o desemprego atinge muito maioritariamente as mulheres. São as mulheres que mais sofrem a solidão, a discriminação. São elas que têm de encontrar respostas às dificuldades que as famílias sofrem diariamente. São as mulheres que carregam o maior peso dos cuidados dos filhos e dos pais. Roubando-lhes tempo para elas próprias e para se dedicarem a outras atividades sociais, ou outras, mais gratificantes e potenciadoras de uma realização pessoal e profissional mais plena. Vivemos em democracia. Mas não é, não será uma democracia plena, enquanto mais de metade da população estiver arredada da



participação cívica e política. Na situação de crise que atravessamos, são as mulheres que mais a sofrem. Precisamos encontrar novas soluções e essas soluções só podem passar pela maior participação das mulheres, em todos os aspectos da vida social, profissional, política. O diagnóstico está feito. Há números e estatísticas. É urgente encontrar novos caminhos e novas medidas que confirmem às mulheres, a todas as mulheres o seu direito à dignidade humana e o pleno direito à participação. Na véspera do Dia Internacional da Mulher lanço um apelo a todos, mulheres e homens, para que, no dia-a-dia, em cada ação, contribuam para a melhoria permanente da nossa democracia, incentivando, permitindo, estimulando, dando oportunidade a todas as mulheres para uma vida com mais dignidade e realização pessoal, social, profissional. Todos ganharemos. E a democracia sairá mais madura e reforçada. Por último, uma saudação especial a todas as mulheres, portuguesas e do mundo inteiro, que sofrem e que lutam para uma vida de dignidade!" -----

4 - Vereador Amadeu Portilha – Sobre a intervenção do Vereador José Torcato Ribeiro disse que a pouca adesão à Feira de Antiquidades e Velharias é sobretudo fruto da crise económica que se verifica. Continuou, referindo que a afluência ao Mercado em Segunda Mão, que no primeiro e terceiro domingo de cada mês decorre no edifício do Mercado Municipal, tem aumentado, acrescentando que as marcações feitas através da internet esgotam em 3 minutos. -----

5 - Vereador Domingos Bragança – Sobre a intervenção do Vereador José Manuel Antunes disse que dá aqui como reproduzidas as declarações que prestou ao Grupo Santiago. -----

6 - Presidente da Câmara – Sobre as intervenções feitas, esclareceu: **a)** – Ainda sobre a questão referida pelo Vereador

José Torcato Ribeiro disse não ter conhecimento de qualquer descontentamento relativamente à Feira de Antiguidades e Velharias. Acrescentou que inicialmente a Câmara Municipal disponibilizou um espaço que, com o tempo, se foi alargando e originando problemas de vária ordem. Posteriormente, a Autarquia determinou os claustros do edifício sede da Autarquia como local para a realização do certame o que agradava a comerciantes e público mas que foi necessário libertar na sequência das iniciativas previstas no âmbito da CEC 2012. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

Foi aceite, por unanimidade, votar, antes da ordem do dia, a seguinte proposta: -----

ENTIDADES PARTICIPADAS – VITRUS AMBIENTE, EM, SA – ADAPTAÇÃO DOS ESTATUTOS AO NOVO REGIME DA ATIVIDADE EMPRESARIAL LOCAL – RETIFICAÇÃO - Presente

um ofício da Vitrus Ambiente, EM, SA, informando que se verificou que, por lapso, foi não foi enviada a versão final da proposta de Estatutos adaptados ao novo regime jurídico de atividade empresarial local (Lei n.º 50/2012), aprovada na reunião de Câmara do passado dia 21 de fevereiro, solicitando, por isso, que a mesma seja retificada, eliminando-se dos Estatutos então aprovados as seguintes alíneas: **Alínea c), do nº 2 do art.º 12º**, que dispõe: “Aprovar preços e tarifas, sob proposta do Conselho de Administração.”; **Alínea g), do nº 1, art.º 14º**, que dispõe: “Propor à Assembleia Geral a aprovação de preços e tarifas.”; **Alínea h), do nº 1, do art.º 14º**, que dispõe: “Solicitar à Assembleia Geral para aquisição de participações no capital de sociedades; **Alínea b), do nº 2, do art.º 22º**, que dispõe: “Prática de tarifas e preços que permitam o equilíbrio da exploração a médio prazo. Nesta sequência, propõe-se a



aprovação do projeto de Estatutos em anexo, devidamente retificado, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** O **Vereador Amadeu Portilha** não participou na discussão e na votação da proposta, por se considerar impedido, em virtude de pertencer aos respectivos órgãos sociais. -----

-----**INFORMAÇÕES**-----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** – Da carta remetida à Associação Solidariedade Social dos Moradores da Emboladoura na sequência da resposta obtida por aquela associação a uma exposição dirigida ao Gabinete do Senhor Primeiro Ministro e posteriormente remetida ao Gabinete da Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território sobre o estado atual daquele parque habitacional. Foi, então, informada aquela associação que não é correta a informação prestada por aquele Ministério de que em 2003/2004 a Câmara Municipal havia recusado a transferência dos bairros do então do IGAPHE - Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado - uma vez que a posição transmitida ao tempo à então Secretária de Estado da Habitação admitia a aceitação do referido património nas seguintes condições: levantamento de todas as situações de degradação habitacional e elaboração de um orçamento de previsão dos seus custos, competindo ao Estado assumi-los; levantamento de todas as situações de irregularidades no arrendamento e sua resolução pelo IGAPHE, enquanto entidade proprietária; **2** – Da intenção de enviar ofício ao Presidente da Associação Comercial e Industrial de Guimarães na sequência das declarações prestadas à comunicação social a propósito da queda da atividade que tem afetado o

comércio local, nas quais pretendeu responsabilizar a Câmara Municipal pela situação existente, **3** – Leu, em voz alta, um ofício enviado ao Diretor do Centro Distrital de Braga do Instituto da Segurança Social, IP, Dr. Rui Barreira, cujo teor a seguir se transcreve: “No respeito pelo Guião de Procedimentos (norma n.º 40) do Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados – PCAAC, a Fraterna – Centro Comunitário de Integração e Solidariedade Social, manifestou ao CDist de Braga, por e-mail enviado no dia 21 de janeiro, a intenção de manter a tipologia de relação com a Segurança Social, no âmbito do trabalho desenvolvido até à data, no seu Banco Social. Por não termos obtido nenhuma resposta por parte de V. Ex.^a e termos conhecimento da realização de uma reunião a 1 de março que decorreu no CDist de Braga para conhecimento das novas instalações do PCAAC, enviamos um novo e-mail a 28 de fevereiro, desta vez dirigido ao Senhor Diretor, Dr. Rui Barreira, dando conta da nossa apreensão por não termos sido convidados a estar presentes nessa reunião. Na sequência deste e-mail recebemos no dia 5 de março, da parte da Dr.^a Maria Amélia Monteiro uma resposta ao nosso e-mail enviado ao Senhor Diretor, na qual se informa: 1 – Que as entidades beneficiárias só poderão receber produtos desde que assumam o papel de Mediadoras de acordo com o atual “Guião de Procedimentos” do PCAAC; 2 – Que o Centro Distrital entendeu “alargar o leque de Entidades Mediadoras, pondo fim à centralização numa única Entidade, como acontecia nesse Concelho”, considerando que a atual situação socioeconómica conduziu as IPSS a “graves constrangimentos financeiros”. Estas informações merecem-nos os seguintes comentários: No que se refere ao ponto 1, consideramos que, de acordo com as novas orientações, a Fraterna reúne todos os



requisitos necessários para continuar a ser contemplada como Entidade Mediadora e consequentemente Beneficiária, pelas seguintes razões: a. Tem uma bolsa de famílias com uma capitação igual ou inferior ao valor da pensão social; b. Detém meios logísticos de apoio – armazenamento, acondicionamento e transporte e distribuição; c. Integra técnicos especializados e uma equipa multidisciplinar; d. Possui uma experiência de mais de 10 anos no terreno. A Fraterna tem vindo a desenvolver, através do seu Banco Social que funciona, desde 2005 com o PCAAC enquanto polo de recepção, entidade mediadora e entidade beneficiária, um trabalho de grande relevância na distribuição de géneros alimentares às famílias mais desfavorecidas e no acompanhamento sistemático aos elementos que integram estes agregados familiares. Quanto ao ponto 2, parece-nos bem o alargamento do leque de Entidades Mediadoras, numa lógica de proximidade de serviços e de otimização de recursos. Contudo, tal estratégia da Segurança Social não pode de forma alguma excluir uma instituição como a Fraterna, uma Régie Cooperativa equiparada a IPSS que tem vindo a desenvolver, ao longo da sua existência, um trabalho que assenta primordialmente na excelência curiosamente já reconhecida pela vossa entidade. Sendo assim, não entendemos a atitude discriminatória de que somos alvo, a menos que seja por reconhecimento por parte de V. Ex.^a da natureza jurídica da Fraterna. A evidência do crescimento de situações de emergência e de vulnerabilidade social, num contexto atual de falta de meios, obriga-nos a ponderar muito bem situações que não excluam respostas já organizadas”; **4** – De terem sido entregues, no dia de ontem, as chaves de 11 habitações sociais da CASFIG, EEM, SA aos respetivos agregados familiares. **5** – De ter sido integrado numa família de acolhimento

a residir na freguesia de Louredo, concelho de Vieira do Minho, o cidadão António Silva, encontrando-se a ser acompanhado pela Segurança Social que lhe vai cessar o Rendimento Social de Inserção e atribuir Pensão de Reforma. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1 – Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 28 de fevereiro de 2013, que aprovou a ata da hasta pública para adjudicação do direito de uso privativo de exploração de quatro quiosques, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 21 DE FEVEREIRO DE 2013. Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

OBRAS PÚBLICAS - NOVO ACESSO PEVIDÉM S. CRISTÓVÃO DE SELHO - CONTA FINAL – Presente, para aprovação da Câmara Municipal, a conta final, bem como o auto final da obra em epígrafe, adjudicada à empresa “M. Couto Alves, S.A.”, nos valores, respectivamente, de 900.456,91€ + IVA e de 103.343,10€ + IVA. A referida conta final dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Os vereadores do PSD votam favoravelmente este ponto, tal como votaram todos os pontos relativos à construção da nova ponte que une a vila de Pevidém à freguesia vizinha de S. Cristóvão de Selho. De facto, e



tal como havia sido já referido pelos vereadores do PSD em momento anteriores, esta obra obteve uma aprovação transversal por se tratar, efetivamente, de uma obra de grande relevância no contexto daquela região do nosso concelho. De facto, S. Jorge de Selho e S. Cristóvão de Selho são freguesias distintas mas que sempre viveram voltadas uma para a outra, o que sucede igualmente com a freguesia de Gondar, sendo a vila de Pevidém o centro agregador destas três povoações. Sucede contudo que o Rio Selho separava as duas primeiras, que se uniam apenas pela chamada "Ponte JS" (ao lado da antiga Fábrica J.S. Marques Rodrigues), situada a alguma distância dos centros cívicos das duas freguesias agora unidas (na estrada para S. Martinho de Candoso). Isto fazia com que apesar dos dois centros cívicos serem bastante próximo um do outro, a ligação viária fosse bastante mais distante. Ora, a nova Ponte Pevidém/S. Cristóvão de Selho veio unir os centros cívicos das duas freguesias, veio contribuir para a aproximação das populações, veio unir fisicamente o que sempre esteve unido, embora com ligação mais distante. Desta forma e com esta obra, favorece-se o crescimento coerente e conjugado das duas populações, a planificação conjunta do espaço urbano que no fundo agora partilham, e um desenvolvimento mais harmonioso do território nesta região. Trata-se de uma obra da maior relevância, que por essa razão obteve um apoio transversal no espectro político-partidário, e que conta igualmente, como sempre contou, com o voto favorável e entusiástico dos vereadores do PSD". -----

URBANISMO - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL PARA EFEITOS DE LICENCIAMENTO DE UMA UNIDADE HOTELEIRA DE ALOJAMENTO LOCAL COM 22 UNIDADES DE ALOJAMENTO SITO NO LUGAR DA TORRE,

FREGUESIA DE SILVARES – Presente, para aprovação da Câmara Municipal e ulterior aprovação pela Assembleia Municipal, uma informação dos serviços do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística propondo ser de considerar de interesse público o licenciamento de uma unidade hoteleira de alojamento local com 22 unidades de alojamento, sito no lugar da Torres, freguesia de Silvares, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votou contra o Vereador José Torcato Ribeiro. -----

PROTOCOLOS – FUNDAÇÃO MUSEU DO DOURO – ADENDA - Presente a seguinte proposta: “Na reunião da Câmara Municipal de 23 de Setembro de 2010 foi aprovado o estabelecimento de um Protocolo de colaboração com a Fundação Museu do Douro (em anexo), onde o Município de Guimarães se obrigava à divulgação de programas e modalidades de visitas promovidas por aquela Fundação e esta concedia descontos nas visitas encaminhadas por este Município. A Fundação Museu do Douro solicita, agora, algumas alterações ao protocolo celebrado, nomeadamente no preço dos bilhetes de entrada e horários de funcionamento. Proponho a aprovação das alterações constantes do anexo junto.” A minuta do protocolo de colaboração dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PROTOCOLOS - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O EXÉRCITO E A CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES - Presente, para aprovação, a minuta do Protocolo de Colaboração a celebrar entre o Exército e a Câmara Municipal de Guimarães tendo por objeto o estabelecimento de uma colaboração profícua



entre a Autarquia e o Exército no âmbito de ações de divulgação da prestação de Serviço Militar em RV/RC no Município, bem como da prestação de esclarecimentos e cooperação relativa a assuntos de natureza militar. A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

Pelas 10:59 horas ausentou-se a Vereadora Francisca Abreu. -----

REGULAMENTOS - PROPOSTA DE REGULAMENTO PARA A ATRIBUIÇÃO DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DAS LOJAS DO PISO SUPERIOR DO MERCADO MUNICIPAL GUIMARÃES A ASSOCIAÇÕES LOCAIS

– Presente a seguinte proposta: “O Município de Guimarães apoia regularmente quer ao nível financeiro, quer ao nível técnico ou logístico o tecido associativo de Guimarães, consciente do seu interesse público e das dificuldades com que estes se deparam para concretizarem a sua atividade. Por outro lado, acresce referir que as lojas do primeiro piso do Mercado Municipal, estão desocupadas apesar de terem sido por diversas vezes objecto de hasta pública para a sua concessão, ficando sempre este procedimento deserto. Assim, tendo em vista a dinamização deste piso do Mercado, propomos que este seja ocupado por Associações de Guimarães. Importa, pois, criar um mecanismo de atribuição destes espaços, com critérios que sejam suscetíveis de serem apreendidos de forma imediata e acessível por parte dos potenciais interessados, e reuni-los num único corpo regulamentar para que as diversas entidades que se pretendam candidatar à cedência, a título gratuito, das instalações conheçam claramente quais os termos e condições que devem observar. Deste modo, submete-se à consideração superior a aprovação pela Câmara Municipal e posterior aprovação pela Assembleia

Municipal, do Regulamento para a atribuição do direito de ocupação das lojas do piso superior do Mercado Municipal Guimarães a Associações locais. Mais se propõe que a Câmara Municipal delegue, desde já, as suas competências no Presidente da Câmara Municipal, com faculdade de subdelegação no Vereador com competências delegadas nesta área, com vista à agilização dos procedimentos posteriores de instalação e gestão dos Mercados.” O Regulamento para a atribuição do direito de ocupação das lojas do piso superior do Mercado Municipal Guimarães a Associações locais dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

Pelas 11:01 horas ausentou-se o Vereador Amadeu Portilha. -----

REGULAMENTOS - REGIME JURÍDICO DO LICENCIAMENTO ZERO – PROJETO DE REGULAMENTO DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E PUBLICIDADE, NO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES – ALTERAÇÃO DE REGULAMENTOS - CRIAÇÃO DE NOVAS TAXAS PARA APLICAÇÃO DO REGIME JURÍDICO DO LICENCIAMENTO ZERO – Presente a seguinte proposta: “O Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, diploma legal que regula o regime denominado “Licenciamento Zero”, comporta uma profunda alteração ao modelo de controlo prévio em diversas áreas de intervenção por parte das Autarquias Locais, visando em primeira linha reduzir os encargos administrativos sobre os cidadãos e as empresas e também desmaterializar procedimentos administrativos, por via da eliminação de licenças, autorizações, vistorias e condicionamentos prévios para atividades específicas, e modernizar a forma de relacionamento entre a administração e os



diversos promotores. O novo regime legal reduz a incidência da atividade administrativa na fase do controlo prévio, acentuando a tónica na fiscalização a posteriori e na responsabilização efetiva de promotores. Este regime procede, ainda, à criação e disponibilização de um balcão único electrónico, designado Balcão do Empreendedor, onde é possível ao munícipe cumprir todos os atos e formalidades necessários para aceder e exercer uma atividade de serviços, com o objetivo de desmaterializar procedimentos e modernizar a relação da administração pública com os particulares. As alterações introduzidas por este novo regime jurídico importam a alteração de um conjunto de regimes atualmente em vigor, muito concretamente: - o regime dos horários de funcionamento de estabelecimentos comerciais; - o regime da publicidade; - o regime da ocupação do domínio público; - o regime da venda ambulante; - o regime de atividades diversas sujeitas a licenciamento municipal previstas no decreto-lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro e ulteriores alterações (concretamente em matéria de exercício da atividade das agências de venda de bilhetes para espetáculos públicos e da atividade de realização de leilões); - o regime jurídico da urbanização e da edificação. Considerando as alterações introduzidas por este diploma legal será agora necessário proceder à adaptação dos regulamentos municipais ao novo regime jurídico que entrará em vigor, para todos os municípios, no próximo dia 2 de maio, quer através da aprovação de novos regulamentos, quer através da alteração dos que já se encontram em vigor. Relativamente ao regime dos horários de funcionamento de estabelecimentos comerciais, foi já aprovado, por deliberação da Câmara Municipal de 16 de junho de 2011 e da Assembleia Municipal de 1 de julho de 2011, um Regulamento Municipal que já se encontra em

conformidade com este novo regime jurídico. No que respeita ao regime da publicidade e da ocupação do domínio público, elaborou-se um projeto de regulamento que contempla estas duas matérias, que entendemos ser as que maior alteração sofreram e como tal justificam um documento novo, que a seguir se apresenta para aprovação. Em matéria de venda ambulante, e considerando que se trata de uma alteração relativa à prestação de serviços de restauração ou de bebidas com carácter não sedentário, normalmente levada a efeito em roulottes ou unidade amovíveis localizadas em feiras ou espaços públicos autorizados para a venda ambulante, procedeu-se à alteração do regulamento municipal existente, conformando-o ao novo regime jurídico nesta matéria. Quanto ao exercício da atividade das agências de venda de bilhetes para espetáculos públicos e da atividade de realização de leilões, o novo regime jurídico prevê a eliminação deste licenciamento pelo que, desde a data da entrada em vigor daquele diploma legal (2 de maio de 2011), este tipo de licenciamento deixou de existir, sendo agora necessário adequar o Regulamento do Exercício de Diversas Atividades Sujeitas a Licenciamento Municipal, em vigor no Município de Guimarães, a esta ausência de licenciamento ou de qualquer outro ato permissivo, o que se faz mediante a eliminação das normas do Regulamento Municipal que previam aqueles licenciamentos. Por fim, refere-se que a presente proposta não contempla as alterações ao regime jurídico da urbanização e da edificação, porquanto não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 1 do art.º 8.º do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, que irá regulamentar esta matéria. **1. - PROJETO DE REGULAMENTO DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E PUBLICIDADE, NO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES** - O diploma supra referido contempla, como se disse, um conjunto



de disposições legais que regulam a ocupação do domínio público, introduzindo, paralelamente ao regime geral de ocupação do domínio público das autarquias locais, os regimes de mera comunicação prévia e comunicação prévia, identificando, de seguida, as situações passíveis de ser enquadradas em cada um de tais regimes. Simultaneamente, prevê a necessidade dos Municípios determinarem critérios a que deve estar sujeita a ocupação do espaço público para salvaguarda da segurança, do ambiente e do equilíbrio urbano. A gestão do domínio público municipal e da afixação e da inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial no concelho de Guimarães tem vindo a ser realizada com o apoio dos diplomas legais aplicáveis nestas matérias e de regulamentos municipais que, de modo disperso, consagraram normativos relevantes para o exercício destas competências autárquicas. Nestes termos, torna-se necessário regulamentar a ocupação do domínio público municipal e a afixação e inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial, definindo, designadamente, os critérios a que devem obedecer, devendo tal regulamentação atender não só às disposições legais constantes no Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, mas também à própria realidade do concelho de Guimarães, por forma a garantir que o regime do "Licenciamento Zero" tenha uma plena e eficaz aplicação no plano municipal. Nesse sentido, o projeto de regulamento contempla, para além da figura tradicional de licenciamento, aplicável aos atos que não se encontram contempladas no diploma do Licenciamento Zero, as figuras da mera comunicação prévia e da comunicação prévia com prazo, introduzidas no quadro jurídico português pelo Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril. Com esta atualização procura o Município de Guimarães dar cumprimento efetivo à facilitação da iniciativa

dos cidadãos e empresas nestas áreas de suporte às atividades económicas, desenvolvendo as necessárias adaptações na organização e métodos de trabalho e funcionamento que favoreçam esse objetivo, pugnando para, com os mecanismos de controlo e reativos ao dispor, garantir um ambiente urbano harmonioso e a qualidade de vida no concelho. Na fase de elaboração do presente projeto de Regulamento, considerando o previsto no n.º 5 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, a autarquia solicitou a indicação dos respectivos critérios, às seguintes entidades: Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN), Estradas de Portugal, S.A., Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I.P., Turismo de Portugal, I.P., Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P., Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária. Apenas se pronunciaram, fixando critérios, a Estradas de Portugal, S.A. e a REFER – Rede Ferroviária Nacional, esta através das entidades centrais. Assim, no uso do poder regulamentar conferido às autarquias locais pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, nos termos do disposto na alínea a), do n.º 6, e na alínea b), do n.º 7, do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, do disposto nos artigos 1.º e 11.º da Lei n.º 97/88, de 17 de agosto, da Lei n.º 2110, de 19 de agosto de 1961, do Decreto-Lei n.º 105/98, de 24 de abril, e ainda do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, se elaborou o Projeto de Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público em anexo **(doc. 1)**, que agora se propõe à aprovação da Câmara Municipal, e posterior sancionamento pelo Assembleia Municipal de Guimarães, nos termos do artigo 53.º, n.º 2, alínea a) da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro. **2. - ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DA VENDA AMBULANTE** - No



que concerne ao regime da prestação de serviços de restauração ou de bebidas com carácter não sedentário, o Decreto-Lei n.º 48/2011 introduz alterações ao Decreto-Lei n.º 122/79, de 8 de maio, retirando do conceito de venda ambulante a utilização de veículos automóveis ou reboques para a confecção de refeições ligeiras ou outros produtos comestíveis preparados de forma tradicional, na via pública ou em locais para o efeito determinados pelas câmaras municipais. Esta atividade passa, agora, a estar sujeita ao regime da comunicação prévia com prazo previsto no art.º 6.º do referido Decreto-Lei n.º 48/2011. Nestes termos, torna-se necessário adequar o Regulamento da Venda Ambulante em vigor no Município de Guimarães, às disposições constantes deste Decreto-Lei n.º 48/2011. Assim, no uso do poder regulamentar conferido às autarquias locais pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, nos termos do disposto na alínea a), do n.º 6, e na alínea b), do n.º 7, do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, do disposto no Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, propõe-se a aprovação das alterações ao Regulamento da Venda Ambulante, conforme documento em anexo **(doc. 2)**, pela Câmara Municipal, e posterior sancionamento pelo Assembleia Municipal de Guimarães, nos termos do artigo 53.º, n.º 2, alínea a) da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

3. ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO EXERCÍCIO DE DIVERSAS ACTIVIDADES SUJEITAS A LICENCIAMENTO MUNICIPAL - O Decreto-Lei n.º 48/2011 introduz, também, alterações no regime jurídico constante do Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro, e ulteriores alterações, determinando que a venda de bilhetes para espetáculos públicos em agências ou postos de venda deixa de estar sujeita a

licenciamento ou a qualquer outro ato permissivo, revogando, também, as disposições referentes à atividade de realização de leilões. Nestes termos, é igualmente necessário adequar o Regulamento do Exercício de Diversas Atividades Sujeitas a Licenciamento Municipal em vigor no Município de Guimarães, às disposições constantes deste Decreto-Lei n.º 48/2011, designadamente eliminando as disposições regulamentares que previam o licenciamento destas duas atividades. Propõe-se, assim, no uso do poder regulamentar conferido às autarquias locais pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, nos termos do disposto na alínea a), do n.º 6, e na alínea b), do n.º 7, do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, do disposto no Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, que Câmara Municipal aprove, e posteriormente seja sancionado Assembleia Municipal de Guimarães, nos termos do artigo 53.º, n.º 2, alínea a) da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, a eliminação no Regulamento Municipal das seguintes normas: a) Todo o Capítulo VIII – **LICENCIAMENTO DO EXERCÍCIO DA ACTIVIDADE DE AGÊNCIAS DE VENDA DE BILHETES PARA ESPECTÁCULOS PÚBLICOS.** b) Todo o Capítulo X – **LICENCIAMENTO DO EXERCÍCIO DA ACTIVIDADE DE REALIZAÇÃO DE LEILÕES.** c) As alíneas h), i) e k) do art.º 70.º do Capítulo XI – **SANÇÕES.** d) - Em tudo o mais as restantes normas do Regulamento manter-se-ão inalteradas. **4. - ALTERAÇÃO À TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS MEDIANTE A CRIAÇÃO DE NOVAS TAXAS PARA APLICAÇÃO DO REGIME JURÍDICO DO LICENCIAMENTO ZERO** - Considerando as alterações introduzidas pelo supra referido Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, torna-se necessário proceder à alteração à Tabela de Taxas



e Outras Receitas Municipais, tendo em vista a sua adequação ao regime do licenciamento zero, designadamente através da criação de taxas novas. Sendo certo que, por força do disposto na alínea c), do n.º 2 do art.º 8.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro e ulteriores alterações, o valor das taxas em causa deve ser acompanhado de fundamentação económico-financeira, e no qual constem, designadamente, os custos diretos e indiretos, os encargos financeiros, amortizações e futuros investimentos realizados ou a realizar pela autarquia local, foi elaborado, para o efeito, o estudo económico financeiro que se junta em anexo **(doc. 3)**. Propõe-se que, ao abrigo do disposto na Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 janeiro, do Regime jurídico das Taxas das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, do art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 48/2011, e do estabelecido na alínea a), do n.º 6 do art.º 64.º da Lei da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, sejam aprovadas as taxas constantes do documento em anexo, a incorporar posteriormente da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais do Município de Guimarães **(doc. 4)**. **5. - ENTRADA EM VIGOR** - A eficácia das alterações ora propostas no Regulamento da Venda Ambulante e no Regulamento do Exercício de Diversas Atividades Sujeitas a Licenciamento Municipal, do projeto de Regulamento de Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público e das novas taxas está condicionada pela entrada em vigor do regime do Licenciamento zero, o que, na presente data e nos termos da Portaria 284/2012, de 20 de setembro, será em 2 de maio de 2013, salvaguardando-se, desde já, a possível alteração desta data bem como o acesso do Município de Guimarães ao Balcão do Empreendedor, ferramenta

indispensável para a plena produção de efeitos do Decreto-Lei n.º 48/2011.” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

Absteve-se o Vereador José Manuel Torcato Ribeiro. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO - RENOVAÇÃO DA SUBSCRIÇÃO DA PLATAFORMA ELETRÓNICA DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA - VORTAL

– Presente uma informação da Chefe de Divisão de Modernização Administrativa e Qualidade, em regime de substituição, que se anexa, submetendo à aprovação da Câmara Municipal, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, e dos n.ºs 4 e 10 do art.º 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (LOE 2013), a emissão de parecer prévio favorável à abertura de procedimento para celebração de um novo contrato de prestação de serviços com a empresa Vortal – Comércio Electrónico Consultadoria e Multimédia, SA para a disponibilização da Plataforma Eletrónica de Contratação Pública, VORTAL.next, pelo prazo de 3 anos, mediante ajuste direto, com publicação na plataforma de contratação pública, nos termos do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos, estimando-se a despesa em €44.460,00 + IVA, repartido em três prestações iguais correspondentes, cada uma, a cada ano de vigência do contrato, no montante de €14.820,00. Mais propõe, tratando-se de um novo compromisso com carácter plurianual, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a repartição de encargos do procedimento, conforme dispõe o art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro. A referida informação dá-se aqui por reproduzida



e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS - RENOVAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES COM EXTENSÃO DO ÂMBITO À DIVISÃO DE TRÂNSITO, ESPAÇO PÚBLICO E VIATURAS E À AFERIÇÃO

– Presente uma informação da chefe de Divisão de Modernização Administrativa e Qualidade, em regime de substituição, que se anexa, submetendo à aprovação da Câmara Municipal, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, a celebração de um contrato de aquisição de serviços tendo por objeto a realização de três auditorias da qualidade, a primeira a realizar até 11 de maio de 2013, tendo em vista a renovação da certificação do Sistema de Gestão da Qualidade implementado no Município de Guimarães e a extensão do respetivo âmbito à Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas e à Aferição, estimando-se a despesa em €6.525,00 acrescido de IVA e da taxa anual a pagar ao IPAC no montante de €224,46/ano, repartida por três anos, de acordo com o seguinte: **Ano de 2013** - €3.262,50 acrescido de IVA e da taxa a pagar ao IPAC, no montante de €224,46; **Ano de 2014** - €1.631,25 acrescido de IVA e da taxa a pagar ao IPAC; **Ano de 2015** - €1.631,25 acrescido de IVA e da taxa a pagar ao IPAC. Mais propõe, tratando-se de um novo compromisso com carácter plurianual, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, conforme dispõe o art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro. A referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada

em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – RECOLHA E INCENERAÇÃO DE CADÁVERES DE CANÍDEOS E FELÍDEOS

– Presente a seguinte informação da Divisão de Serviços Urbanos e Ambiente: "**1. Objeto:** O objeto do contrato de aquisição de serviços é a recolha de cadáveres de canídeos e felídeos para inceneração, conforme previsto no art.º12 do Decreto-Lei n.º 314/2003, de 17 de Setembro e o Regulamento 1774/2002 CE. **2. Considerandos:** - Que o art.º12 do decreto-lei 314/2003 comete à Câmara Municipal a obrigação de recolha e destruição de cadáveres de canídeos/felídeos nos termos previstos no Regulamento 1774/2002 CE. - Que a execução das tarefas associadas ao serviço que se pretende contratar requererem conhecimentos, formação especializados e experiência nesta área, bem como equipamentos especiais para a inceneração, de que a Câmara Municipal não dispõe. - Não pode, assim, na autarquia recorrer a nenhum trabalhador do quadro para fazer este serviço, tendo, obrigatoriamente que contratar o serviço a uma empresa. - Trata-se, pois, da realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração de um contrato de prestação de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é a aquisição de serviços de recolha de cadáveres, conforme previsto no artº12 de



Decreto-Lei n.º 314/2003 de 17 de setembro e Regulamento 1774/2002 CE, para os meses de abril a dezembro de 2013. b) A despesa estima-se em € 11.628,00, acrescido de IVA à taxa de 6%. c) A despesa tem cabimento orçamental no 05.02.02.25. correspondente ao ano de 2013. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste direto, no regime geral, conforme alínea a), do n.º 1, do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, com convite a diversas empresas, pelas razões supra expostas. e) Finalmente, informa-se que será aplicada a redução remuneratória prevista no art. 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, aplicável por força do disposto no art.º 75.º do mesmo diploma legal, conforme documento em anexo, porque foi calculada a média de 15.300kg a 0,84 cada quilo, que importa em 12.852,00 euros. Aplicada a redução remuneratória de 10%, o valor base do procedimento será de 11.567,00 Euros + IVA à taxa de 6%." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

RECURSOS HUMANOS - RECURSO HIERÁRQUICO - HORÁRIO DE TRABALHO NO ÂMBITO DO ESTATUTO DO TRABALHADOR ESTUDANTE – Presente a seguinte proposta:

"Aurora Eva Alves Silva, assistente técnica em funções no Agrupamento de Escolas do Vale de S. Torcato, apresentou recurso hierárquico do despacho do Diretor daquele Agrupamento que, no âmbito do estatuto de trabalhador estudante que havia sido concedido, determinou a manutenção do ajustamento do horário de trabalho, não autorizando a requerida dispensa de cinco horas de trabalho por semana. Tratando-se de ato praticado pelo diretor do agrupamento no âmbito de competências delegadas pela Câmara Municipal, em sua reunião de 29 de outubro de 2009, a decisão do presente recurso hierárquico impróprio cabe à entidade delegante. Assim, nos termos e pelos fundamentos

constantes do parecer jurídico anexo, que se considera parte integrante desta proposta, propõe-se que a Câmara Municipal delibere no sentido do indeferimento do recurso hierárquico apresentado por Aurora Eva Alves Silva.” O referido parecer jurídico dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE INDEFERIR O RECURSO NOS TERMOS E FUNDAMENTOS DO PARECER JURÍDICO.** -----

ENTIDADES PARTICIPADAS - VIMÁGUA - EMPRESA DE ÁGUA E SANEAMENTO DE GUIMARÃES E VIZELA, E.I.M., S.A. - ADAPTAÇÃO DOS ESTATUTOS AO NOVO REGIME JURÍDICO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL LOCAL (LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO) - Presente um ofício da Vimágua – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, E.I.M., S.A. remetendo, para aprovação do executivo camarário, para ulterior aprovação pela Assembleia Municipal, a proposta de adaptação dos Estatutos ao novo regime jurídico da atividade empresarial local (Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto), aprovada em Assembleia Geral realizada no passado dia 27 de fevereiro. Os referidos Estatutos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

TRÂNSITO - ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA RUA DA DEVESA DA RIBEIRA, FREGUESIA DE SANDE (S. MARTINHO) – Presente a seguinte informação do Chefe de Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas: “Pela presente se submete à apreciação Camarária a alteração ao trânsito na freguesia de Sande (S. Martinho), assinalada na planta anexa. A sua elaboração está em harmonia com a Junta de Freguesia e permitirá melhorar a



acessibilidade do arruamento em causa.” A referida planta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR**

SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ----

TRÂNSITO – ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA FREGUESIA DA SANDE (VILA NOVA) - Presente a seguinte informação do Chefe

de Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas: “Pela presente se submete à apreciação Camarária a alteração ao trânsito na freguesia de Sande (Vila Nova), assinalada na planta anexa. A sua elaboração está em harmonia com a Junta e Assembleia de Freguesia, e permitirá melhorar a acessibilidade e segurança viária dos arruamentos em causa.” A referida planta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

TOPONÍMIA – ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA DE FERMENTÕES - Presente a seguinte informação do Chefe de

Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas: “Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Fermentões, aprovou o seguinte aditamento à toponímica existente: 94 Rua Regedor Domingos Ferreira das Neves - Tem início na rua de Santa Eulália e termina no entroncamento com a rua da Pereira; 95 Rua da Sertã - Tem início na Avenida Farramundanes e termina no entroncamento com a rua da Subcarreira, da freguesia de Ponte; 96 Travessa da Sertã - Arruamento sem saída, com início na rua com o mesmo nome; 97 Rua do Engenhal - Tem início na rua do Pulo e termina no entroncamento com a Avenida Farramundanes; 98 Avenida Farramundanes - Tem início na rotunda localizada a nascente da rua da Cheira e termina no entroncamento com a rua de Santa Eulália. Assim, nos termos da

alínea v), do nº 1, do art. 64.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à toponímia da freguesia de Fermentões.” A planta toponímica dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

AÇÃO SOCIAL - REFORÇO DO FUNDO DE MANEIO DE 2013 PARA ACORRER A SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA SOCIAL –

Presente a seguinte informação da Chefe de Divisão de Ação Social: “A Câmara Municipal tem vindo a aprovar, por deliberação anual, a constituição de um Fundo de Maneio no valor de €750,00 (setecentos e cinquenta euros) destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com carácter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos. Atualmente constatar-se que este valor é insuficiente para acorrer às situações emergentes de carência económica que nos são apresentadas diariamente. A tendência de crescimento deste tipo de apoios municipais é evidente nos últimos três anos, verificando-se em 2012 um aumento superior a 90% e se tomarmos como referencia o ano de 2010, esse valor cresce para 324%, como se pode verificar na tabela que a seguir se apresenta. -----

TIPOLOGIA DE APOIO	Totais			Crescimento retivo a 2011		Crescimento retivo a 2010	
	2012	2011	2010	(dif.)	%	(dif.)	%
Apoio a Situações de Emergência Social	208	109	49	99	91%	159	324%

Fonte: Relatório de Atividades 2012, DAS (2013)

Acresce que a análise dos processos de apoio permitem verificar que, no último ano, mais de 80% das pessoas que procuraram os serviços de ação social, vivem abaixo do limiar de pobreza,



apresentando um rendimento *per capita* entre 0,00 e 189,00. Coloco, assim, à consideração superior um reforço mensal no valor de €250,00 (duzentos e cinquenta euros) ao atual fundo de maneiio, de modo a perfazer um total mensal de €1.000,00 (mil euros) com efeito a partir de março e até dezembro, correspondendo a um acréscimo de €2.500,00 (dois mil e quinhentos euros) ao valor de €9.000,00 já cabimentado como o nº 36/2013, para ser possível darmos uma resposta mais ajustada nestas situações.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

AÇÃO SOCIAL – CONTRATO LOCAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - RATIFICAÇÃO DA PRIMEIRA ADENDA - Presente a

seguinte informação da Chefe de Divisão de Ação Social: “O Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS) de Guimarães foi legitimado por protocolo celebrado e 10 de maio de 2011, entre o Instituto da Segurança Social, IP – Centro Distrital de Braga, a Câmara Municipal de Guimarães e a Fraterna – Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social e ratificado em reunião de Câmara de 19 de maio de 2011. Desde então o CLDS de Guimarães, designado “Arca Social”, encetou um programa de intervenção social com a duração de 36 meses (até 2014) que foi aprovado pelo CLAS. Considerando que, na sequência de alterações ao contrato que visam a dinamização de ações de combate à pobreza persistente e à exclusão de territórios deprimidos e grupos marginalizados, o Conselho Diretivo do ISS,IP aprovou uma nova comparticipação financeira no montante de €436.156,13 (quatrocentos e trinta e seis mil cento e cinquenta e seis euros e treze cêntimos), que se encontra nesta primeira Adenda que aqui se apresenta em anexo para ratificação. À consideração superior.” A Adenda ao Contrato Local de

Desenvolvimento Social dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO**

RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----

AÇÃO SOCIAL - PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO DE TRANSPORTE A TRÊS PESSOAS CARENCIADAS COM DEFICIÊNCIA

– Presente a seguinte informação ca Chefe de Divisão de Ação Social: “No passado mês de setembro de 2012 foi solicitado à Câmara Municipal apoio financeiro para deslocação de três pessoas com deficiência residentes em Guimarães, à APPACDM – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente. Os três deficientes em causa eram transportados em táxi adaptado, semanalmente e em conjunto, ao abrigo da legislação dos transportes escolares (saída para Lomar à 2ª feira e regresso a Guimarães à sexta-feira). Com a entrada em vigor do decreto-lei nº176/2012 de 2 de agosto, este apoio de transporte deixou de ter enquadramento legal, passando a ficar a cargo das suas famílias. O estudo socioeconómico efetuado pelos nossos serviços aos três casos comprova precariedade económica dos agregados familiares, cujos deficientes se encontram a frequentar a APPACDM em regime de internato desde 1984, de acordo com informação prestada pela técnica desta instituição. Apresentam-se alguns dados da caracterização socioeconómica: -----

Identificação do Processo	Idade	Sexo	Grau Incapacidade	Rend. P/Capita	Situação p/ emprego	APPACDM de Lomar
219958300/12 - Urgeses	37	M	98%	179,58	Pensionista	Desde 1984
207456240/12 - Pinheiro	39	M	90%	237,06	Pensionista	Desde 1984
214119360/12 - Penselo	37	M	84%	220,62	Pensionista	Desde 1985

Considerando que o Decreto-Lei nº 176/2012 de 2 de agosto não prevê continuar a dar-se resposta a estas situações, e podendo o Município de Guimarães atribuir este apoio pelo Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos que se encontra ao abrigo da alínea c) do nº 4 do artigo 64 da Lei



169/99 de 18 de setembro que refere ser atribuição das Autarquias, *participar na prestação de serviços a estratos sociais desfavorecidos ou dependentes, em parceria com as entidades competentes da administração central, e prestar apoio aos referidos estratos sociais, pelos meios adequados e nas condições constantes de regulamento municipal (...)*, propõe-se, ao abrigo do Art.º 30 do referido Regulamento Municipal, a atribuição, até 31 de outubro de 2013, de um subsídio convertido em prestações de serviço de transporte adaptado, no valor mensal estimado de €220,00 (duzentos e vinte euros). Contudo, tendo em conta a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), aprovada pela Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, bem como informação do Departamento Financeiro referente à inexistência de fundos disponíveis, coloco à consideração superior a atribuição deste apoio que possibilite as três pessoas referidas acima se deslocarem de suas casas para o centro de reabilitação da APPACDM situado em Lomar – Braga.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

CULTURA – APOIOS LOGÍSTICOS A CONCEDER À EDIÇÃO DE 2013 DA ROBOPARTY – Presente a seguinte proposta: “O Departamento de Electrónica Industrial da Universidade do Minho organiza, na sequência dos anos anteriores, mais uma edição do evento RoboParty que decorrerá de 14 a 16 de Março no Pavilhão Desportivo da Universidade. A RoboParty é um evento pedagógico em que participam cerca de 100 equipas de quatro elementos cada, de vários países, onde se ensina a construir robôs móveis autónomos, aberto à participação de todo o público, sendo o principal alvo os jovens das escolas secundárias e os seus professores. Para a sua realização a organização solicitou à Câmara vários apoios. Considerando o interesse da iniciativa, comprovada nas realizações anteriores, proponho que, ao abrigo

do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, seja ratificado o meu despacho de 28 de fevereiro último que autorizou a disponibilização dos seguintes apoios: - Empréstimo de barreiras, cadeiras e mesas, incluindo o seu transporte; - Autorização para a utilização do equipamento audiovisual, propriedade da Câmara, que se encontra no Auditório da UM; - Transporte e a montagem de um palco; - Oferta de material promocional de Guimarães a 150 participantes e de dois livros de divulgação do património da cidade a dois convidados de honra.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

DESPORTO – ATLETAS PREMIADOS NO ÂMBITO DA GALA DO DEPORTO | GUIMARÃES 2012 – Presente a seguinte proposta: “No âmbito da **Gala do Desporto | Guimarães 2012** e na sequência da aprovação do **Regulamento de Atribuição de Bolsas de Formação Desportiva** em reunião de Câmara a 4 de Março de 2010 e em Assembleia Municipal a 29 de Abril de 2010, com as alterações introduzidas pela reunião de Câmara de 10 de Fevereiro de 2011 e na Assembleia Municipal de 11 de Março de 2011, venho comunicar que os atletas premiados nas categorias previstas no referido regulamento foram os seguintes: **Jovem Revelação Masculino 2012 - Pedro Carvalho** – Atleta de Andebol do Xico Andebol; **Jovem Revelação Feminino 2012 - Cátia Mendes** – Atleta de Atletismo do Grupo Desportivo Unidos do Cano; **Atleta do Ano Feminino 2012 - Daniela Pinto** – Atleta de Natação do Vitória Sport Clube; **Atleta do Ano Masculino 2012 - João Sousa** – Atleta de Ténis do Open Village Sport’s; **Atleta de Desporto Adaptado 2012 - Nélson Silva** – Atleta de Atletismo do GD CERCIGUI. Mais informo que as votações realizadas pelos membros da Comissão de Avaliação,



resultando nas nomeações e nos respectivos premiados, derivam de candidaturas apresentadas a cada uma das categorias durante o período superior a 3 meses, tendo sido analisadas na sua totalidade. Assim, propõe-se que a Câmara Municipal ratifique as deliberações tomadas pela mencionada Comissão de Avaliação e subsequentes procedimentos para a concessão dos correspondentes prémios, num total de 11.000,00€.”

DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----

Pelas 11:09 horas regressou a Vereadora Francisca Abreu.

DIVERSOS – PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO DO FUNCIONÁRIO

HUGO SÉRGIO FERNANDES DIAS - Presente a seguinte informação do Chefe de Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas: “O funcionário em apreço está integrado na Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas, desempenhando funções ao nível da coordenação das equipas operacionais afetas aos trabalhos de sinalização. No passado dia 7 de Novembro de 2012, aquando dos trabalhos de pintura de marcas rodoviárias na Rua dos Ex-Combatentes do Ultramar, freguesia de Mesão Frio, o funcionário Hugo Dias, no desempenho das suas funções, foi atingido pela mistura tinta/diluyente, motivado pela obstrução e posterior cedência da mangueira do equipamento de pintura. Desta ocorrência resultaram danos materiais no seu vestuário (casaco, camisola, calças e botas), bem como nos óculos de sol. Embora a autarquia detenha uma apólice de responsabilidade civil geral, bem como uma apólice de seguro de acidentes pessoais obrigatória, a verdade é que este tipo de danos não tem cobertura em qualquer daquelas duas apólices. Do montante inicialmente reclamado, €390,00, o funcionário comprovou através de talões de compra os valores de €139,99 e €119,00, respetivamente das calças e casaco, bem como de umas botas idênticas, no valor de

€37,00, perfazendo um total de €295,99. Considerando que assiste razão ao reclamante, atento o valor dos elementos apresentados e a sua desvalorização pelo uso, submete-se à consideração superior a atribuição de um valor compensatório de €236,79." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ATA EM MINUTA. -----

PELAS ONZE HORAS E DEZ MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----